

PRODUÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA-PROFESSOR PDE-2008

- 1) **NOME:** Mercedes Louraine de Oliveira
- 2) **DISCIPLINA/ÁREA:** Educação Especial
- 3) **IES:** UNIOESTE/Cascavel
- 4) **ORIENTADOR(A):** Jane I Peruzo Iacono
- 5) **CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO:** Roteiro de Estudos
- 6) **TÍTULO DA PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA:** Implicações e Contradições na Inclusão de Alunos com História de Deficiência Mental no Cotidiano do CEEBJA.
- 7) **JUSTIFICATIVA:** Considerando que a inclusão de crianças com deficiências/necessidades educacionais especiais produz impasses no cotidiano escolar, exigindo um constante repensar das práticas pedagógicas, é importante que se analise alguns aspectos do contexto atual da inclusão. Por ser uma construção coletiva, requer mobilização, discussão e ação organizacional de toda comunidade escolar, bem como ações complementares no contexto social. É necessário assim, construir e efetivar uma prática pedagógica que valorize os processos de aprendizagem diferenciados para atender todos os alunos. Se acreditarmos que o papel da escola é contribuir para construir cidadania por meio do acesso ao conhecimento, isto só será possível se dentro desta escola houver uma verdadeira representação do grupo social que está fora dela. A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para a vida, nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada e, para que o processo de inclusão realmente aconteça, é fundamental abandonar práticas escolares homogeneizadoras, meritocráticas, paternalistas e corporativistas. É nesse sentido que pretendo analisar e sugerir aos educadores do CEEBJA, alguns encaminhamentos para que os alunos com história de deficiência mental, possam se sentir incluídos e apropriarem-se dos conteúdos científicos trabalhados.
- 8) **OBJETIVO GERAL DA PRODUÇÃO:** Identificar caminhos para implementar e orientar os profissionais do CEEBJA, visando a garantia de acesso, permanência e apropriação dos conhecimentos dos alunos com deficiência mental.
- 9) **TIPO DE PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA:** Roteiro de Estudos
- 10) **PÚBLICO ALVO:** Professores e Equipe Pedagógica do CEEBJA.

PROPOSTA DE MATERIAL DIDÁTICO – PDE - 2008
PROFESSORA: MERCEDES LOURAINÉ DE OLIVEIRA
EDUCAÇÃO ESPECIAL

Implicações e contradições na inclusão de alunos com história de deficiência mental no cotidiano escolar do CEEBJA

INTRODUÇÃO

A história da humanidade, sempre foi marcada pela segregação e exclusão econômica, política, social e cultural das pessoas com deficiência, considerando-as como improdutivas, inúteis e incapazes, enfim, objetos da caridade e da filantropia.

As lutas estabelecidas por pessoas com deficiências, assim como as teorias científicas como as de Vigotski e a elaboração de diversos documentos nacionais e internacionais sobre a inclusão, deixam claro que não se pode mais tolerar a discriminação, a diferenciação e a segregação. É necessário que se reflita sobre o que é inclusão, a quem se destina e onde deve ocorrer, para que esse processo possa tomar seu rumo. “As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda as diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos” (CARVALHO, 2004, p.26).

É uma mudança simples? Com certeza, é um desafio nada fácil de pôr em prática, pois depende não só da escola, do professor, ou do aluno, mas de um conjunto de medidas que exigem uma postura social e cultural completamente diferente desta que vem sendo adotada na sociedade capitalista em que vivemos.

A perspectiva da inclusão no Paraná, segue a tendência da denominada inclusão responsável, onde o desafio é garantir as condições indispensáveis para manter o aluno na escola aprendendo, mas não abrir mão de uma rede de apoio aos educadores, alunos e familiares.

Matiskei (2004, apud PARANÁ, s/d, p. 9), afirma que não podemos esperar que todos os requisitos necessários estejam prontos para que a inclusão se concretize, de fato. Do mesmo modo, não podemos estabelecer, por meio de um decreto governamental, que ela se transforme em realidade, como em um passe de mágica, do dia para a noite. No que se refere ao aluno com deficiência mental, faz-se necessário entender como ele pode ser trabalhado para que possa se apropriar do conhecimento científico, pois é este aluno que requer do professor um olhar diferenciado para que possa desenvolver suas funções mentais superiores e agir com autonomia.

OBJETIVO GERAL

Identificar caminhos para implementar e orientar os profissionais do CEEBJA, visando à garantia de acesso, permanência e apropriação dos conhecimentos dos alunos com deficiência mental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Compreender a educação inclusiva em sua dimensão sócio-cultural e política.
2. Compreender os princípios e fundamentos para a construção de uma escola inclusiva.
3. Constatar dificuldades encontradas no que se refere à prática pedagógica inclusiva de alunos com deficiência mental.

4. Refletir sobre as condições necessárias para incluir alunos com deficiência mental na escola comum.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ciência é a base de toda construção do conhecimento acadêmico e a escola comum opera com esse saber universal, produzido e reproduzido, em detrimento do saber particular. A escola amplia o conhecimento que o aluno traz de suas experiências pessoais, sociais e culturais, oferecendo meios para que ele supere o senso comum, mesmo porque, o dever da escola é estimular o aluno a prosseguir na estruturação de sua aprendizagem, visando alcançar seus objetivos.

Para que haja apreensão do conhecimento, deverá haver também predisposição do professor para ensinar e do aluno para aprender. Essas escolhas não são espontâneas, aleatórias, mas demandam decisão, seleção de um caminho de aprendizagem, de uma metodologia de ensino, do uso de recursos didático-pedagógicos. Da parte do aluno, essa escolha é mais limitada, pois o professor, por mais que seja aberto e acessível ao modo de aprender do aluno, não está ensinando individualmente, mas desenvolvendo um trabalho pedagógico coletivamente organizado, que tem limites para essas diferenças (BRASIL, 2005, p.7).

A escola tem a função social reguladora e formativa para os alunos. O conhecimento nela produzido é revestido de valores éticos, estéticos e políticos, com os quais os alunos têm de estar identificados, e por mais que a escola seja liberal e rejeite modelos totalizadores e coercitivos de ensino e de gestão, sua função social jamais será descartada. Ela precisa assumir um compromisso com as mudanças sociais, com o aprimoramento das relações entre cidadãos, com o cuidado e respeito em relação ao mundo físico e aos bens culturais que nos circundam. Ela tem, acima de tudo, a tarefa de ensinar os alunos a compartilhar o saber, os sentidos diferentes das coisas, as emoções, a discutir, a trocar pontos de vista. É na escola que desenvolvemos o espírito crítico, a observação e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões. Em suma, é ela que tem o compromisso primordial e insubstituível de introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico; e todo ser humano, incondicionalmente, tem o direito a essa introdução (BRASIL, 2005, p.8).

Quando o autor diz “todo ser humano”, supõe-se que estejam incluídos também os alunos com deficiência mental, que por sua vez, colocam em xeque a função primordial da escola comum, que é a de ensinar o conhecimento científico, pois o aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber que, invariavelmente, não corresponde ao ideal da escola. Na verdade, não corresponder ao esperado, pode acontecer com todo e qualquer aluno, mas os alunos com deficiência mental denunciam a impossibilidade de atingir esse ideal, de forma tácita. Eles não permitem que a escola dissimule essa verdade. As outras deficiências não abalam tanto a escola comum, pois não tocam no cerne e no motivo da sua urgente transformação: entender o conhecimento acadêmico como uma conquista de cada um (BRASIL, 2005, p.14).

O aluno com deficiência mental tem dificuldade de se apropriar do conhecimento e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de atuação e uma gestão autoritária e centralizadora. Essas escolas apenas acentuam a deficiência e, em consequência, aumentam a inibição, reforçam os sintomas existentes e agravam as dificuldades do aluno com deficiência mental. O caráter elitista, meritocrático, homogeneizador e competitivo dessas escolas oprime o professor e o reduz a uma situação de isolamento e impotência, principalmente diante dos alunos com deficiência mental, pois são aqueles que mais “amarram” o desenvolvimento do processo escolar, em todos os seus níveis e séries. Diante disso, a saída encontrada pela maioria dos professores é

desvencilhar-se dos alunos que não acompanham as turmas, encaminhando-os para qualquer outro lugar que supostamente entenda como ensiná-los (BRASIL, 2005, p. 15)(grifos nosso).

As raízes históricas e culturais do fenômeno deficiência sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito.

Historicamente, os alunos com deficiência mental foram vistos sob uma concepção organicista, biológica, que enfatizava sempre sua falta de racionalidade, o que não permitia vê-los a partir de seu potencial oculto, negando-lhes o direito de expressão e apropriação de um saber mais elaborado, que lhes desse a oportunidade de participação em direção a uma evolução intelectual condizente com a realidade de cada um.

As primeiras iniciativas para a educação de pessoas com deficiência mental, surgiram com as idéias do médico francês Jean Marc Itard, no século XIX, que sistematizou um método de ensino inspirado na experiência do menino selvagem de Aveyron (sul da França), que consistia na repetição de experiências positivas. A primeira instituição pública para a educação de crianças com deficiência mental foi residencial, fundada pelo médico francês Edward Seguin, que criou um método originado na neurofisiologia que consistia na utilização de recursos didáticos com cores e música para despertar a motivação e o interesse dessas crianças (BRASIL, 2004, p. 9-10).

A partir daí, o conceito de deficiência mental, vem sendo amplamente discutido e assume diferentes conotações, dependendo do momento histórico em que se encontra.

Ao analisarmos as diferentes áreas das deficiências, podemos perceber que a deficiência mental é a que aparece com mais frequência na sociedade em geral.

Suas características peculiares se manifestam no contexto social, cultural e familiar, podendo manifestar-se em forma de talentos, capacidades, necessidades e algumas incapacidades. O que distingue o aluno com deficiência mental, é a significativa limitação do funcionamento da área intelectual, o que interfere substancialmente na aprendizagem e, quanto mais cedo for detectado este quadro, maior será a possibilidade de sua adaptação global (PARANÁ, s/d, p.1).

Segundo Mantoan (2006, apud PARANÁ, p. 2), na palestra “Desenvolvimento da inteligência e deficiência mental”, proferida no II Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down:

As pessoas com deficiência intelectual demonstram muito pouca habilidade no que concerne à generalização das aprendizagens, as pessoas com deficiência mental revelam um subfuncionamento da memória. As estratégias mnemônicas dependem da capacidade de retenção e esta é estimulada pela repetição, imagem mental, categorização e outras. A memória é uma habilidade intelectual que pode ser melhorada nas pessoas com deficiência, mas não deve ser exercitada mecanicamente.

Na visão histórico-cultural, o sujeito com deficiência mental é visto como alguém capaz de atribuir significado às suas ações.

Segundo Pinheiro (2006,apud PARANÁ, p.2):

Alguns alunos com deficiência mental são capazes de assimilar os conteúdos curriculares referentes ao ensino fundamental, reúnem condições suficientes para adaptar-se socialmente através da atuação independente na comunidade e estão aptos a adquirir formação profissional que lhes garanta o sustento, total ou parcial, na vida adulta. Outros apresentam condições de desenvolver

o domínio das habilidades lingüísticas básicas, são competentes para obter sucesso no processo de aquisição de leitura e de escrita, e outros ainda, são capazes de cuidar de si próprios e para protegerem-se de perigos comuns e possuem condições para ajustarem-se e serem úteis, social, e economicamente, no lar e na comunidade, auxiliando em tarefas caseiras, trabalhando em ambientes especiais ou mesmo realizando atividades rotineiras, sob supervisão.

É nesse sentido que a inclusão de alunos com deficiência mental na escola comum é importante, pois a interação dos mesmos com os demais é fundamental para a aquisição do conhecimento e a promoção da aprendizagem de cada um. A esse respeito Carneiro (2007, apud IACONO,s/p) afirma:

Defendendo que “todas as crianças podem aprender nas interações com os demais, entendo que ter em sala de aula um grupo de alunos com diferentes possibilidades exige que pensemos a aprendizagem de forma coletiva, distinta do modelo de escola que temos hoje. A abordagem histórico-cultural aponta a heterogeneidade como característica de qualquer grupo humano, sendo um fator imprescindível para as interações em sala de aula. A diversidade de experiências, trajetórias pessoais, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada membro do grupo viabiliza no cotidiano escolar a possibilidade de trocas, confrontos, ajuda mútua e conseqüente ampliação das capacidades individuais e coletivas (grifo da autora).

Aprender é uma ação criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. São as diferentes idéias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e que clareiam o entendimento dos alunos e do professor. Por outro lado, ensinar é um ato coletivo no qual o professor disponibiliza a todos os alunos sem exceção um mesmo conhecimento. Em vez de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, a escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre reconhecendo e valorizando as diferenças (BRASIL, 2005, p.17).

Com relação à importância da linguagem para o desenvolvimento cognitivo, Iacono (2007, s/p), apoiando-se nas idéias de Leontiev, diz:

Assim, para os sujeitos com deficiência mental, as possibilidades de se apropriarem da linguagem em todas as suas manifestações, desde oral, gestual, linguagem de artes, até a linguagem escrita, são consideradas não apenas assenciais, imprescindíveis, mas determinantes para seu desenvolvimento mental. A linguagem, para o sujeito com deficiência mental, é representação, é conceito que traduz toda a experiência histórica das gerações precedentes e a sua apropriação, depende sim, de suas condições individuais com relação à deficiência, mas depende também, fundamentalmente, das condições que envolvem o trabalho pedagógico na ação de ensinar. Aprender, numa concepção histórico-cultural é adquirir, é apropriar-se, é tomar para si a herança cultural que foi historicamente produzida pelo homem, sendo que a principal característica do processo de apropriação ou aquisição, é criar no homem aptidões novas, funções psíquicas novas.

Nesse sentido, é importante conhecer as dificuldades dos alunos, procurar melhorar as formas de interação e comunicação, propor estratégias de ação, capazes de amenizar os problemas e as necessidades e elaborar atividades que possam verdadeiramente ensinar o conteúdo científico a todos os alunos.

Uma das mais importantes mudanças visa estimular as escolas para que elaborem com autonomia e de forma participativa o seu Projeto Político Pedagógico, diagnosticando a demanda. Ou seja, verificando quem são, quantos são, onde estão os alunos e por que alguns se evadiram, se têm dificuldades de aprendizagem, de freqüentar as aulas, assim como os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Esse Projeto implica em um estudo e planejamento de trabalho envolvendo todos os que compõem a comunidade escolar, com o objetivo de estabelecer prioridades de atuação, metas e responsabilidades que vão definir o plano de ação das escolas, de acordo com as especificidades dos alunos, da equipe de professores, funcionários e num dado espaço de tempo: o ano letivo.

Um projeto pedagógico para a diversidade constitui-se em um grande desafio educativo, que deve pensar a aprendizagem na dimensão individual e coletiva, promovendo também a interação entre escola, família e comunidade. Este projeto deve então, promover ações integradas, e priorizar as atitudes éticas, a formação humana e a promoção da aprendizagem, buscando a solução dos conflitos e problemas que vão surgindo nesse processo e contemplando as necessidades educacionais específicas de todos os alunos (BRASIL, 2004, p.16)

Quanto à adoção de currículos flexíveis, ou seja, propostas curriculares que atendam as necessidades educacionais de todos os alunos, temos duas idéias centrais que constituem as políticas educacionais: 1) a defesa de que os currículos sejam adaptados às crianças e suas necessidades de aprendizagem, e 2) a defesa da necessidade de flexibilizar a organização e funcionamento da escola para atender a demanda diversificada dos alunos (GARCIA, 2008, p.7).

A primeira se refere à adaptação dos currículos às necessidades individuais do aluno, contribuindo para um sistema educacional de organização seriado, elitista e classificatório, não amenizando de forma alguma a questão da exclusão que vem sendo praticada historicamente (GARCIA, 2008, p.7-8).

A segunda idéia diz respeito a um currículo mais amplo, considerando a diversidade de programas pedagógicos, dos processos ensino-aprendizagem e avaliativos, o tempo, o espaço, os materiais, as interações e as estratégias. Essa abordagem, apesar de mostrar sua heterogeneidade, continua submetendo os alunos a processos desiguais (GARCIA, 2008, p. 8-9).

Assim, concluímos que não deve existir currículo diferenciado ou adaptado para alguns. A escola deve dar oportunidades e direitos idênticos a todos, mesmo que apresentem diferenças sociais, culturais ou pessoais, oferecendo-lhes igualdade de condições.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos quanto ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...) (BRASIL, 1994. p.61).

Na tendência da inclusão responsável, o desafio é enfrentado como uma nova forma de repensar e reestruturar as políticas e estratégias educativas, de maneira a não apenas criar oportunidades efetivas de acesso para crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, mas, sobretudo, garantir condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender. A SEED entende também, que embora a escola regular seja o local preferencial para promoção da aprendizagem e inclusão de alunos com necessidades

educacionais especiais, há uma parcela de crianças e adolescentes que, em função de seus graves comprometimentos ou necessidades de comunicação diferenciada, requerem atenção individualizada e adaptações curriculares mais significativas. Eles necessitam ainda que seu atendimento seja realizado em classes ou escolas especiais (PARANÁ, s/d, p.6).

A reflexão acerca da educação inclusiva e seus desafios aos pais, educadores, gestores e pessoas com necessidades educacionais especiais provocam o surgimento de uma vasta gama de expectativas a respeito da efetivação, na prática, do ideal de uma escola pública de qualidade, que acolha todos os alunos. Essa tarefa, não depende apenas da convicção e do compromisso técnico e político dos governos, mas de pais, familiares, professores, profissionais, enfim, de todos os membros da sociedade, sob o risco de termos apenas o efeito de seus benefícios para os alunos “no discurso” e nenhuma ação concreta e transformadora da realidade em que se encontram (PARANÁ, s/d, p.7-8) (destaques do texto).

Uma escola se distingue por um ensino de qualidade, quando as atividades são diversificadas e exploradas segundo as possibilidades e interesses dos alunos, que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão e de conhecimento, em que não se destaquem os que sabem mais ou os que sabem menos. Debates, pesquisas, registros escritos, falados, observação e vivências, são alguns processos pedagógicos indicados para a realização de atividades dessa natureza. Esses assuntos são centrais e constituem os fins que se pretende alcançar que são os de ensinar todos os alunos.

Quanto à avaliação, os professores devem pensar e discutir sua tarefa com o objetivo de ressignificar os conceitos e teorias, construindo coletivamente propostas para efetivar a aprendizagem. Deve ser constante, contínua e dinâmica, tendo como objetivo auxiliar no processo ensino-aprendizagem, envolvendo os alunos, pais e professores. Nesse sentido, todas as crianças devem aprender juntas, independente de qualquer diferença que possam ter.

O processo avaliativo deve acompanhar a aprendizagem do aluno, observar as falhas e insucessos, traçar novas estratégias ou metas, para que todos tenham mais chances de obter êxito, sendo que os progressos dos alunos na organização dos estudos devem ser observados, para saber se houve compreensão dos conteúdos estudados.

Há relatos de professores que contam como, na interação entre alunos com deficiências e os demais alunos da escola, aprenderam a ser mais tolerantes ao conhecer e respeitar os ritmos e estilos de aprendizagem variados, a utilizar estratégias diferenciadas de ensino e avaliação, em função das limitações de alguns alunos, que acabaram beneficiando a turma toda. Pais, em depoimentos emocionados, falam do crescimento intelectual, afetivo e social de seus filhos com e sem deficiência, pela possibilidade de convívio com as diferenças, que oportunizam florescer sentimentos e atitudes de solidariedade e cooperação. A esse respeito, Carvalho (2004, p.27) diz:

O entusiasmo aparece manifesto em muitos educadores e pais, certos de que na diversidade, reside a riqueza das trocas que a escola propicia. Uma turma heterogênea serve como oportunidade para os próprios educando conviverem com a diferença e desenvolverem os saudáveis sentimentos de solidariedade orgânica.

De fato, há uma diversidade de atitudes e práticas, favoráveis e desfavoráveis no enfrentamento desse processo e, infelizmente, algumas posturas hostis residem na desinformação. A educação escolar, nesse contexto, ocupa um inegável papel de destaque na formação do cidadão, já que detém os mecanismos sistematizados que oferecem possibilidades de reflexão. (PARANÁ, s/d, p.9).

Carvalho (2004, apud PARANÁ, p.25) diz:

Temos a esperança de que, no próximo milênio, e, definitivamente, ocorra o corte epistemológico em torno da deficiência, substituindo-se a percepção social do aluno deficiente, como doente e limitado, para nele antever-se o adulto feliz e contributivo (o que vai depender da qualidade das oportunidades que lhes forem apresentadas).

Para que se possa ter uma escola inclusiva verdadeiramente atuante, é necessário apostar no desenvolvimento da escola comum, que exige recursos, tempo, instalações dignas, lideranças positivas e professores motivados para encarar esse novo desafio. Para esta mudança, provavelmente, o maior obstáculo está dentro de nós mesmos, seja nas nossas atitudes, seja nos nossos medos. É tempo de mudar as escolas, as atitudes, os pensamentos, o ambiente como um todo, pois inclusão significa transformação e nós professores precisamos nos conscientizar de que nosso papel é educar os nossos alunos. Não os que nós escolhemos, mas os que a nós chegam.

A escola inclusiva é um benefício concedido a todos, mas cabe a todos também, envolverem-se nesse processo tão necessário e irreversível.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Este material constitui-se num roteiro de estudos, cujo objetivo é servir como aprofundamento e/ou subsídio para os docentes do CEEBJA, no sentido de contribuir para a identificação de caminhos e implementação de suas práticas pedagógicas, para que os alunos com história de deficiência mental, possam se apropriar dos conteúdos científicos.

ROTEIRO DE ESTUDOS

1. Educação inclusiva em sua dimensão sócio-cultural e política

- Palestra ministrada pela Professora Jane Peruzo Iacono
- As exigências socioculturais e a evolução dos conceitos da área da Educação Especial.
- A Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva
- Ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de ensino: políticas inclusivas?

Sugestões para leitura:

a)BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva. Documento Subsidiário À Política de Inclusão**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

b)MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo, 2003.

c)PARANÁ. **Inclusão e diversidade. Reflexões para a elaboração do Projeto Político Pedagógico**. Curitiba: SEED/DEE, s/d.

2. Princípios e fundamentos para a construção de uma escola inclusiva.

- Filme:O Menino Selvagem de AVEYRON .
- Inclusão de alunos com deficiência na escola regular.

Sugestões para leitura:

a)BRASIL Ministério da educação e da Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. V.1: A Fundamentação Filosófica.** Brasília: MEC/SEESP, 2004.

b) _____.Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas.** Brasília: MEC/SEESP, 2005.

c) MANTOAN, M. T. E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão** (2002). Disponível em <http://www>. Acessado em 06/06/2008.

d)BAPTISTA, C.R. **Inclusão escolar e educação especial:o universo das políticas e o debate brasileiro sobre contornos e limites.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008. Texto usado na Jornada Pedagógica no PR em 2008.

3. A prática pedagógica inclusiva de alunos com deficiência mental.

- Desenvolvimento das funções mentais superiores dos alunos com deficiência mental.
- Atendimento educacional especializado em deficiência mental.
- Currículo e Deficiência Mental.

Sugestões para leitura:

a)BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental.** Brasília: MEC/SEESP, 2005.

b)GARCIA, Rosalba M^a Cardoso. **O conceito flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional.** Texto divulgado pela SEED/DEEIN por ocasião da Jornada dos Pedagogos em Outubro de 2008.

c)BARROCO, S. M. S. **Apontamentos sobre as salas de recursos e o trabalho pedagógico com a linguagem verbal:Em busca do desenvolvimento das funções psicológicas superiores.** Maringá: UEM, 2008. Texto em versão preliminar, não publicado.

d)FACCI, Marilda Gonçalves; TULESKI, Silvana Calvo; BARROCO, Sônia Mari Shima. **Psicologia histórico-cultural e educação especial de crianças: Do desenvolvimento biológico à apropriação da cultura.** Encontro: Revista de Psicologia. UNIA, Santo André-SP, jan – jun 2006, pp 23 – 35.

